

OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA PARA INCORPORAÇÃO DO CERRADO NO PROCESSO PRODUTIVO DO BRASIL

João Paulo Siqueira Carvalho

Resumo

O processo de modernização e ocupação do Cerrado se desenvolveu durante o período da Ditadura Militar. Os Planos Governamentais de desenvolvimento, como o POLOCENTRO e o PRODECER, tiveram papel crucial para a nova dinâmica produtiva que se instaurou durante a década de 1970. Embora tenha propiciado elevado grau de crescimento econômico, o mesmo não foi acompanhado de melhorias no bem-estar social. A produção foi dirigida para os mercados de exportação, favoreceu os latifúndios e penalizou os pequenos proprietários, que se submeteram a trabalhar nas grandes propriedades ou a mudar para os centros urbanos. Foi utilizado de um discurso pelos ditadores para conciliar a proposta dos planos e sua execução, o que influenciou positivamente para as bases estruturais e econômicas para amparar o capital agrário nacional e estrangeiro, uma vez que, depois que o país atravessou grande crescimento no início da década de 1970, conhecido como “milagre econômico”, seguiu-se uma crise mundial do petróleo que atingiu duramente a economia brasileira. Posteriormente, os interesses partiram para a dinâmica produtiva agrária, almejando a continuidade do crescimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento do Cerrado. Ditadura militar. Crescimento econômico.

Abstract

The process of modernization and occupation of the Cerrado has been developed during the Military Dictatorship. Governmental plans of development, like POLOCENTRO and PRODECER, played a crucial role in the new productive dynamics that has been introduced during the 1970s. Although it had provided a high level of economic growth, it was not accompanied by improvements in social well-being. The production was directed to the export markets, contributing to the large states and penalizing the smallholders who submitted themselves to work in the large properties or to move to the urban centers. The dictators used a discourse to conciliate their proposal with its execution, which has positively influenced the structural and economical bases to support the national and foreign agrarian capital, since after the country went through a big growth in the beginning of the 1970s, known as “economical miracle”, it followed a global crisis of oil that hit the Brazilian economy hard. After that, the interests went on to productive agrarian dynamic, aiming at the continuity of growth.

Key words: Development of the Cerrado. Military Dictatorship. Economic growth.

Introdução

O processo de modernização e ocupação do Cerrado se desenvolveu durante a Ditadura Militar. Esse foi um período de considerável crescimento econômico, de consolidação da indústria nacional e de “modernização” do processo produtivo do campo – no caso deste, principalmente, durante a década de 1970. O processo produtivo estabelecido no campo foi direcionado para o mercado de exportação, sobretudo de grãos, viabilizado pela mecanização e o uso intensivo de capital.

Este trabalho procurou analisar, de forma breve, os antecedentes dos planos governamentais implantados no Cerrado, com enfoque nos acontecimentos que culminaram na Ditadura Militar, no crescimento econômico dos planos nacionais de desenvolvimento e no discurso utilizado pelos militares para a ocupação do Cerrado. Para isso, foi realizada uma breve discussão do que é o Cerrado brasileiro e a sua incorporação ao processo produtivo, através do uso intensivo de capital no setor agrícola, por intermédio dos programas de desenvolvimento do Cerrado.

O Estado desempenhou papel importante durante o processo, foi o responsável pela elaboração e implantação de programas como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODECER (Programa de Desenvolvimento do

Cerrados/JICA). O primeiro, dentro das diretrizes do IIPND (Plano Nacional de Desenvolvimento), foi uma tentativa do regime militar em manter as taxas de crescimento visualizadas durante o chamado “milagre econômico”. O segundo foi um acordo entre o governo brasileiro e o japonês. Esse acordo, de um lado, contava com o capital estrangeiro que beneficiou o Brasil através dos investimentos, e de outro havia o aumento da oferta de grãos para o mercado mundial e conseqüentemente o barateamento, através da expansão produtiva, desses grãos sobretudo da soja.

Os antecedentes dos Planos Governamentais no Cerrado

As discussões acerca dos Planos Governamentais do Cerrado antecedem sua criação e implantação, tendo como característica central a aplicação do capital estrangeiro durante a sua execução, a articulação proveniente do Estado e o estreitamento dos interesses da burguesia urbana e burguesia rural.

A relação do Estado com a burguesia nacional e o capital estrangeiro se estabeleceu durante importantes períodos do Brasil, como na implantação do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistchek e nos planos de desenvolvimento econômico da ditadura militar.

A década de 1950, por exemplo, foi carregada de processos que influenciaram o país a um período ditatorial na década de 1960, conforme afirma Marini (2014), p.74.

o Brasil, com seus 90 milhões de habitantes e uma economia industrialmente diversificada, é uma realidade social complexa, cuja dinâmica foge às interpretações unilaterais, ainda que esteja condicionada e limitada pelo marco internacional no qual está inserida. Sem uma análise da problemática brasileira, das relações de força existentes entre os grupos políticos e das contradições de classe que se desenrolavam sobre a base de uma dada configuração econômica, não se compreenderá a transformação política ocorrida a partir de 1964. (MARINI, 2014, p.74)

As transformações no cenário nacional com o crescimento capitalista durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), na implantação do Plano de Metas, resultaram em taxas de crescimento industrial acompanhadas de desequilíbrio econômico e de maior dependência econômica e política do capital estrangeiro. O início da década de 1960 foi carregado de desequilíbrios econômicos e crises políticas, o que influenciou na renúncia de um presidente¹ e em um golpe militar².

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), período que se implementou os principais programas de desenvolvimento econômico para o Cerrado (POLOCENTRO e o PRODECER), possibilitou avanços econômicos consideráveis para a economia que se direcionaram apenas para a classe burguesa. Foi um período no qual houve o estreitamento das relações entre a burguesia agrária e a burguesia industrial, que conciliou os interesses do capital estrangeiro e do Estado e determinou um novo padrão de acumulação no país.

O regime militar utilizou do discurso de que a segurança nacional estava atrelada ao desenvolvimento econômico e social. Nos primeiros anos tentaram afastar o conceito de desenvolvimento, por este estar em conjunto com o governo populista, isolou as classes populares das discussões políticas e manteve o controle sobre a classe trabalhadora. Somente em 1967 Castelo Branco passou a utilizar o discurso de desenvolvimento atrelado à segurança nacional. O progresso técnico passou a ser priorizado pelos militares para justificar e assegurar a segurança nacional.

Dentre os presidentes militares, Geisel foi o que melhor se apropriou do discurso de

¹ Jânio Quadros, eleito na eleição de 1960, renunciou em 25 de agosto de 1961, com apenas seis meses de mandato. ² O golpe militar de 31 de março de 1964 encerrou o mandato do presidente João Goulart e inaugurou um período ditatorial que somente se encerrou em 1985.

desenvolvimento associado a segurança nacional. Conforme Duarte (2009), p.159.

Desenvolvimento e segurança, como Geisel os compreendeu, além de atualizarem, ampliaram o lema de nossa bandeira: ordem e progresso. Assim como sem ordem não poderia haver progresso, sem segurança não poderia haver desenvolvimento. (DUARTE, 2009, p.159)

O presidente introduziu as Forças Armadas no cotidiano brasileiro, além de unificar no seu discurso a união das forças militares do país. Geisel ainda aproveitou para amenizar os ânimos da classe trabalhadora, alegou que os atos do regime militar eram para garantir o desenvolvimento técnico do país e melhorar o bem-estar social da população.

A Ditadura Militar obteve marcos de crescimento econômico significativos que não foram acompanhados de melhora nos quadros sociais. Foi um período de favorecimento da burguesia nacional e do capital estrangeiro, intensificando a dependência econômica e política com os países centrais. O aumento das disparidades sociais foi intensificado no meio urbano com a queda do salário dos trabalhadores e no meio rural com a perda do direito à terra dos trabalhadores rurais (com os investimentos para o aumento da produtividade na agropecuária), privilegiando os latifúndios e a produção de grãos para o mercado de exportação, submetendo os indivíduos a trabalharem para os grandes proprietários ou se mudarem para as cidades.

O crescimento aconteceu nos primeiros anos da década de 1970. Conhecido como “milagre econômico” propiciou altos índices ao setor industrial, período no qual a burguesia agrária era submetida à burguesia industrial. Somente com a crise do petróleo em 1973² que se modificou o cenário. Para manter o crescimento, o governo optou por modernizar a agricultura⁴ em benefício da burguesia nacional e do capital estrangeiro, destinando o setor agrário para a produção de grãos exportáveis.

Durante a elaboração dos planos governamentais a preocupação era de expandir as áreas agricultáveis de modo a possibilitar uma produção expressiva, um verdadeiro “celeiro” para suprir uma importante parcela da população mundial. Os destaques foram a produção de milho, de soja e de trigo, grãos com aceitação para o mercado de exportação, porém, com pouca aceitação para o consumo local. Pois como afirma Pessôa e Inocêncio (2014), eram “produtos

² A crise ocorreu no início do governo de Geisel, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), triplicou o preço do produto para o mercado de exportação, o que causou grande impacto no Brasil, que importava cerca de 80% para seu consumo. ⁴ Que em grande parte do país já havia se iniciado, com o crescimento da utilização de equipamentos mecânicos, fertilizantes e defensivos, porém não se configurava a produção de forma homogênea, era apenas para suprir as necessidades do mercado industrial.

distantes da base alimentar do brasileiro, mas tecnicamente moderno, especulativos e predatórios do meio ambiente”.

A direção regional tomada dos planos governamentais recaiu sobre o Cerrado. A discussão de ocupar a região central do país se iniciou nas primeiras décadas do século XX, mais especificamente com as políticas adotados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), com programas de ocupação do território, como a CANG³e a FBC⁴. A urgência de ocupar o Cerrado, porém, ocorreu pós-crise do petróleo em 1973, em decorrência do amplo território ainda não ocupado e dos avanços tecnológicos que permitiram a “correção” dos solos ácidos, o Cerrado passou a ser visualizado como ponto estratégico privilegiado dos planos de desenvolvimento agrário. O primeiro de maior expressão foi o POLOCENTRO criado pelo governo federal em 1975 dentro das diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (IIPND). Foi um órgão de fomento, visando a ocupação lucrativa do território central do país com políticas de modernização agrária via incentivo e financiamentos, além de propiciar a infraestrutura com vias terrestres para o escoamento da produção até os portos. O PRODECER, como já mencionado, foi uma parceria entre o governo brasileiro e o governo japonês, visando assim como o primeiro a ocupação lucrativa do Cerrado para a oferta de grãos ao mercado internacional, sobretudo a produção de soja.

A incorporação do Cerrado nos Projetos de Desenvolvimento do Regime Militar

A apropriação do Cerrado pelo capital ocorreu com a modificação do espaço geográfico como mercadoria propriamente dita, tanto na estrutura técnica, quanto no conteúdo. Apresentou as condições necessárias para a larga produção de grãos (milho, soja): terra plana, propícia para grandes máquinas e tratores que iniciaram a incorporação do processo produtivo, além do desenvolvimento tecnológico que permitiu a “correção” do solo ácido, promovendo a possibilidade do plantio.

A escolha do Cerrado para a implantação dos planos durante o período da ditadura militar foi diretamente influenciada pela importância estratégica da região e pelas condições existentes no bioma – terras planas e aptas para a mecanização expansiva – além de que grande parte do território ainda era inexplorado. O discurso apresentado foi de que os “espaços vazios” existentes no Cerrado conciliaram os interesses do Estado em manter o crescimento visualizado

³ Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

⁴ Fundação Brasil Central.

no início da década de 1970 e o Capital, sobretudo estrangeiro, de se apropriar e configurar um novo modo de produção agrícola. O uso intensivo de capital no campo possibilitou a modernização, um processo que se realizou em escala mais propriamente econômica do que social.

Nesse sentido, os programas de desenvolvimento agrário, de caráter predatório do meio ambiente, intensificaram a produção. O uso intensivo de capital foi viabilizado no período e contou com o Estado para garantir a lucratividade, uma vez que, coube a este os investimentos em infraestrutura e os processos que careciam de maior vulto de capital – maior tempo de maturação – aliviando os dispêndios econômicos da elite agrária nacional e estrangeira.

O Cerrado

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, ocupando 21% de todo o território nacional do Brasil. O conjunto de ecossistemas que permeia no Cerrado é composto por savanas, matas, campos e matas de galeria. O clima é estacional, dividido em um período chuvoso de outubro a março e um período seco de abril a setembro. Conforme Klink e Machado (2005), p.148.

os remanescentes do Cerrado que existem nos dias de hoje desenvolveram-se sobre solos muito antigos, intemperizados, ácidos, despauperados de nutrientes, mas que possuem concentrações elevadas de alumínio. Para torna-los agrícolas, aplicam-se fertilizantes e calcário aos solos do Cerrado. A pobreza dos solos, portanto, não se constituiu em obstáculo para a ocupação de grandes extensões de terra pela agricultura moderna, especificamente a cultura da soja. (KLINK; MACHADO, 2005, p. 148)

O que justifica a discussão anterior de que a ocupação agrícola do Cerrado dependeu dos programas de desenvolvimento tecnológicos para tornar a atividade lucrativa.

Polocentro

O POLOCENTRO foi criado no ano de 1975, dentro das diretrizes do IIPND, em uma tentativa de manter as taxas de crescimento apresentadas no início da década com o “milagre econômico”. O ano de 1973 marca a crise mundial do petróleo, que afetou profundamente a

economia nacional em decorrência da necessidade de importação do produto para o consumo local.

O POLOCENTRO, conforme salienta Pires (2000), foi inspirado em programas anteriores do governo de Minas Gerais, como o PCI (Programa de Crédito Integrado) de 1972 e o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba) de 1973. Os investimentos foram divididos entre quatro estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, subdivididos na atividade da agricultura, pecuária e reflorestamento, com 12 polos de crescimento. Foram direcionados para o suporte de pesquisa, crédito rural (que favoreceu as médias e grandes propriedades) e infraestrutura, tais como estradas – para o escoamento da produção aos portos de exportação – e armazéns. Os subsídios do programa foram responsáveis pela ocupação de 2,4 milhões de hectares entre 1975 e 1980.

Embora o objetivo inicial tivesse se destinado a diversificação das atividades agrícolas, os polos tenderam para a produção de grãos com alto valor no mercado de exportação, como por exemplo a soja, cuja cultura passou de 80.000 hectares para 508.289 hectares em fins de 1980 (PIRES, 2000). O mesmo foi visualizado na produção de milho e trigo.

A busca por ocupação demográfica não se realizou, com as grandes propriedades de terra que se constituiu, houve o decréscimo da relação de mão-de-obra ocupada por área cultivada. As pequenas propriedades decaíram consideravelmente acirrando os conflitos no campo. Conforme Pires (2000), a elevação do preço da terra ocorreu com a introdução da produção de soja, milho e trigo, além da implantação de infraestrutura e das políticas de investimentos que favoreceram as médias e grandes propriedades. O que evidenciou a distância existente entre o discurso utilizado para a implantação do programa – o de ocupação dos vazios demográficos – com a realidade do favorecimento da elite agrária (PIRES, 2000).

O POLOCENTRO, por fim, não atuou para oferecer alternativas de resolver o problema da ocupação e migração rural conforme foi proposto. Notou-se a ausência de preocupação com os aspectos sociais do campo, contrário a isso, atuou como intensificador (PIRES, 2000).

A degradação ambiental se intensificou consideravelmente, a falta de rotação de culturas agrárias ocasionou o esgotamento dos solos do Cerrado. Houve a opção de ocupação econômica da Amazônia, porém já se estabelecia um discurso de proteção ambiental para a região, optou-se assim pela região do Cerrado.

O fim do programa se iniciou no ano de 1979 com a percepção de ineficiência produtiva e intensificação inflacionária, além do avanço das negociações entre o governo brasileiro e japonês para a criação do PRODECER. Conforme Pires (2000), “os fracassos do

POLOCENTRO indicam que os subsídios não foram suficientes à modernização do campo, o que reforça a tese de que, para isto, é preciso interferir no processo de produção agrícola”. Ou seja, a maior participação do Estado no processo produtivo agrícola, pode ser visualizado durante a implantação do PRODECER.

Prodecer

Dentre os programas de desenvolvimento do Cerrado o PRODECER apresentou maior dinâmica produtiva, além de maior influência do estado. O projeto foi criado a partir de negociações efetuadas pelo governo brasileiro e o governo japonês. Os interesses de ambos os países consistiram, do lado brasileiro, dos investimentos dos japoneses para o setor agropecuário e do lado japonês, da ampliação da oferta de produtos agrícolas, sobretudo grãos, no qual possuíam maior carência.

O programa gerou uma série de discussões entre os parlamentares e instituições sobre a sua real necessidade e os modos de sua implantação, visto que a primeira etapa foi aplicada durante o governo ditatorial. Os parlamentares argumentavam a respeito do endividamento público que foi acarretado pelo programa e da liberdade oferecida ao governo japonês para pesquisa do Cerrado.

Para sustentar o programa foram criadas *holdings* do capital estrangeiro em associação com recursos alocados do setor público nacional. O órgão responsável por gerir foi a CAMPO criada em 1978, uma associação dos governos brasileiro e japonês. A Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BRASAGO)⁵ do governo brasileiro, com 51% do capital e a Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola (JADECO)⁶ do governo japonês com 49% do capital. O Banco Central ficou responsável pela gestão dos recursos e pelo risco cambial (PÊSSOA; INOCÊNCIO, 2014).

A primeira etapa do programa, iniciada no ano de 1980, foi direcionada para o estado de Minas Gerais, e expandiu-se para os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia durante a execução da segunda etapa em 1987 e para os estados do Maranhão e Tocantins em 1955 durante a terceira etapa. Dentro dos financiamentos efetuados nas três etapas do programa, o capital empregado teve tanto a iniciativa privada quanto a pública e foi destinado para custeio,

⁵ A holding brasileira ficou constituída pelo Banco do Brasil, IBRASA, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Companhia Vale do Rio Doce e um banco privado. (PÊSSOA; INOCÊNCIO, 2014).

⁶ A holding japonesa formada pelo JICA e bancos privados japoneses, LongTermCredit Bank of Japan e banco Mitsui. (PÊSSOA; INOCÊNCIO, 2014).

investimento e crédito fundiário com prazos que variavam entre 1 a 20 anos e carência de pagamento entre 1 a 6 anos.

Um dos fatores que diferenciou o PRODECER dos planos que o antecederam foi a participação ativa do Estado brasileiro e do governo japonês. Atuaram na escolha dos colonos – na sua grande maioria vindos do sul e sudeste do país –, nas áreas que seriam ocupadas, no tipo de cultivo que seria empregado, na comercialização da produção e no assessoramento técnico necessário para os estados e municípios que executariam as construções de infraestrutura.

O programa atuou nas mais diversas esferas do processo produtivo, isto é, na produção, comercialização e industrialização e possibilitou maior dinâmica produtiva para o desenvolvimento do setor agrícola.

Durante o processo de seleção dos colonos, os agricultores do Cerrado foram considerados despreparados, os pré-requisitos requeridos não contemplavam sua realidade. Conforme Pessoa e Inocêncio (2014), p.16-17.

os agricultores do Cerrado eram considerados pelos órgãos que financiavam e executaram o PRODECER como despreparados, tanto técnica quanto financeiramente. Os produtores dos Estados onde o projeto foi desenvolvido apresentaram três aspectos que não se encaixavam nos quesitos de escolha do agricultor: não sabiam “lidar” com a tecnologia; não estavam vinculados a nenhuma cooperativa de crédito, como exigia o programa; e não dispunham de capital suficiente para o investimento inicial exigido, que constituía entre 10% a 20% do investimento total. (PESSOA; INOCÊNCIO, 2014, p.16-17)

As discussões a respeito do programa durante a década de 1980 foram de encontro com a realidade encontrada, isto é, as preocupações básicas consistiam no agravamento dos problemas sociais no campo que foram intensificados com as políticas de financiamento, que privilegiou uma “elite” agrária de outros estados e prejudicou diretamente as pequenas propriedades locais. A concentração fundiária proveniente do programa e o desenvolvimento da mecanização do campo intensificou o desemprego, promovendo o êxodo rural e o aumento de trabalhadores submetidos à sazonalidade. Nesse sentido, os sindicatos rurais, os parlamentares e a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros) questionaram a real necessidade da ocupação do capital agrário em cerca de 60 milhões de hectares no Cerrado brasileiro. Alegou-se que o endividamento proveniente do programa seria uma atuação errônea referente às reais necessidades do país. A entrega de uma grande parcela do território brasileiro aos interesses econômicos dos japoneses, um dispêndio econômico em infraestrutura que

serviria para o barateamento dos produtos nacionais de exportação, a transparência referente a implantação do programa também foram questionadas pelos parlamentares, uma vez que ainda o país se encontrava na gestão dos militares.

A produção foi concentrada nos grãos, sobretudo a soja, que embora não seja de aceitação no consumo dos brasileiros, possui expressivo valor comercial e demanda pelos japoneses. Foi efetuado um direcionamento para o consumo local, a produção do óleo de soja, que se tornou corriqueiro ao consumo local.

A primeira etapa do programa, executada entre os anos de 1980 e 1985, contou com maior atratividade nos financiamentos oferecidos, o que não foi realizado nas etapas posteriores. Embora a sociedade civil, a igreja e os parlamentares tenham afrouxado as críticas provenientes da real necessidade do programa, as queixas se concentraram nos problemas financeiros dos colonos, que tiveram que se “adaptar” a um novo método ofertado pelos bancos, limitado tanto ao crédito e aos juros oferecidos, quanto aos prazos.

O PRODECER assentou 94% dos produtores referentes ao planejamento inicial. Ocupou 345 mil hectares se somados os sete estados em que foi implantado. O sucesso alcançado durante os anos de sua implantação pode ser percebido, uma vez que, do lado japonês foi concebido a oferta de grãos do Brasil para o mercado internacional e o barateamento do produto, além do acesso oferecido para o conhecimento técnico do Cerrado; do lado brasileiro, o programa foi uma fonte para o investimento interno no setor agropecuário.

Os estudos referentes ao PRODECER mostram que ele obteve sucesso no que inicialmente foi proposto. Porém, diversas críticas foram direcionadas para os resultados encontrados, tais como: o modo de ocupação de colonos vindos do sul e sudeste do país, isolando dos privilégios o morador local; a modernização intensificou as disparidades econômicas e sociais do campo, uma vez que, o pequeno produtor perdeu o direito de posse da terra, se submeteu à ocupação em trabalhos sazonais ou se mudaram para a cidade a procura de emprego; o endividamento advindo dos financiamentos dos colonos, que em muitos casos deixaram a parcela de terra ocupada por não conseguirem garantir o pagamento.

Assim o POLOCENTRO e o PRODECER geraram desgastes para o morador do campo, prejudicando os setores sociais, além de agirem na degradação do meio ambiente com o modo de produção adotado, que não efetuou rotação da produção. Além de que, as práticas de cultivo do Cerrado incluem uso intensivo de fertilizantes e calcários, que agem diretamente na poluição de rios (KLINK; MACHADO, 2005).

A Urgência de conservação do Cerrado

Conforme já analisado, a ocupação do Cerrado, iniciada de forma mais intensiva durante os programas de desenvolvimento agrícola da Ditadura Militar, teve como uma das principais consequências a degradação do meio ambiente. O modo de ocupação, caracterizada pelo desmatamento de mata nativa para a produção em larga escala de produtos com alto valor comercial (soja, milho) e de pastagens, ocasionou a perda de *habitat* de diversas variedades de plantas e conseqüentemente animais. No caso das pastagens é adotada a utilização de desmatamento e queimada, para então serem semeadas. Essas transformações, de acordo Klink e Machado (2005), são responsáveis pela erosão dos solos, pelos desequilíbrios climáticos, a extinção da biodiversidade e a poluição de rios e nascentes.

Segundo entendimento de Klink e Machado (2005), p.151.

as amplas transformações ocorridas nas paisagens do Cerrado e o *status* de ameaça de muitas de suas espécies tem provocado o surgimento de iniciativas de conservação por parte do governo, de organizações não governamentais (ONGs), pesquisadores e do setor privado. Um dos principais desafios na conservação do Cerrado será demonstrar a importância que a biodiversidade e as implicações das alterações do uso da terra sobre o funcionamento dos ecossistemas. O conhecimento sobre a biodiversidade e as implicações das alterações no uso da terra sobre o funcionamento do ecossistema serão fundamentais para o debate “desenvolvimento *versus* conservação. (KLINK; MACHADO, 2005, p. 151)

Considerações Finais

A Ditadura Militar (1964-1985) foi determinante para a consolidação da produção industrial no Brasil. No caso do setor agrícola, os programas de desenvolvimento implantados no Cerrado possibilitaram sua ocupação econômica. O discurso utilizado, de ocupar os vazios do Cerrado, foi fundamental. O modo dos militares de conciliar a burguesia agrária nacional e o capital estrangeiro para o uso intensivo de capital permitiu a produção em larga escala de produtos com alto valor comercial para o setor de exportação.

O Cerrado não possuía as condições necessárias para a produção em larga escala, a pobreza de seus solos ácidos carecia de pesquisa e capital para que sua “correção” fosse efetuada. Em contrapartida, a localização privilegiada e as terras planas contribuíram para o sucesso dos programas.

Os principais programas foram o POLOCENTRO e o PRODECER, ambos procuraram fomentar a ocupação lucrativa do Cerrado. Possuíram políticas de incentivo, tanto na constituição de infraestrutura – proveniente do Estado como principal indutor – quanto no suporte de pesquisa e no financiamento para as atividades produtivas. O POLOCENTRO teve um tempo de maturação menor, elaborado e implantado durante os anos de 1975 a 1980, foi um programa da diretriz do IIPND. Inaugurou o novo processo produtivo dos militares, que procuraram, no setor agrícola, uma segunda onda de crescimento econômico. O PRODECER foi um programa da associação do governo brasileiro com o governo japonês, que conforme o primeiro, procurou a ocupação lucrativa, porém, com a atuação direta dos japoneses no processo produtivo e com maior tempo de atuação.

Os programas viabilizaram a ocupação econômica do Cerrado, porém atuaram diretamente para diversos problemas na questão social e do meio ambiente. No caso do primeiro, privilegiou apenas uma parcela da população, detentora de capital, sucumbindo as classes baixas do campo, promovendo a expulsão do pequeno agricultor e de comunidades tradicionais. Os danos ambientais decorrentes do processo produtivo ocasionaram diversas adversidades ambientais, tais como erosão do solo e extinção do ecossistema.

Bibliografia

CONGILIO, Célia Regina; IKEDA, Joyce Cardoso Olímpio. A Ditadura Militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. **Lutas sociais**, São Paulo, v. 18, n.32, 2014.p.7990.

DUARTE, Teresinha Maria. O Projeto de Desenvolvimento do Regime Militar e o Estado de Goiás.**OPIS**, Catalão, v.9, n.12, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5.ed. Florianópolis: Insular, 2014.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O PRODECER (RE)VISITADO: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **Revista de Geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2014** 2014.p. 1-22.

PIRES, Mauro Oliveira. Programas Agrícolas na Ocupação do Cerrado. **Sociedade e Cultura**, v.3, n.1 e 2, 2000.p.111-131.

*Artigo recebido em 15/03/2019
Aprovado em 06/02/2020*

Como citar esse artigo:

CARVALHO, João Paulo Siqueira. Os programas de desenvolvimento agrícola para incorporação do cerrado no processo produtivo do Brasil. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 15, N.º 1, jan/jun. 2019.